

Análise da gestão democrática das unidades educacionais no município de Bragança

Zenúbia Oliveira Silva¹

Joana Keylla Trindade²

Virgílio Neto Leão dos Santos³

Resumo: Este artigo aborda os aspectos teóricos que norteiam o processo de gestão democrática dentro das unidades educacionais de Bragança. Tratar desse tema envolverá vários aspectos gerenciais e organizacionais das unidades educacionais envolvidas neste trabalho, pois, sabe-se que a gestão democrática nas escolas requer a participação efetiva de todos os segmentos que fazem parte da Comunidade escolar: estudantes, pais, administrativo, direção escolar etc., além disso, no âmbito das unidades educacionais envolve também a administração de recursos materiais, financeiros e humanos que precisam ser organizados em prol do êxito dos processos e dos resultados que, no caso específico da escola, estão relacionados à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem de todos os alunos. O trabalho traz como objetivo compreender os processos administrativos e as relações dos sujeitos presentes nas escolas em sua totalidade, na perspectiva de uma democratização na gestão. Metodologicamente foram feitas entrevistas semiestruturadas junto a Gestor do Município e com base em pesquisas bibliográficas, tendo a apreciação de conteúdo como procedimentos de análise. É fundamental compreender a questão da gestão democrática para além do seu aspecto conceitual, considerando como um dos princípios para a Educação brasileira, já regulamentada por leis complementares como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional da Educação.

Palavras-chaves: Gestão democrática, unidades educacionais, eleição direta.

1. INTRODUÇÃO

O referido artigo tem como finalidade compreender os processos administrativos de gestão democrática no município de Bragança-Pará⁴, as

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia, da UFPA, Campus de Cametá, Núcleo Baião-PA. E-mail: zenubiaoiveira@hotmail.com

² Graduanda do Curso de Pedagogia, da UFPA, Campus de Cametá, Núcleo Baião-PA. E-mail: keyllatrindade@hotmail.com

³ Graduando do Curso de Pedagogia, da UFPA, Campus de Cametá, Núcleo Baião-PA. E-mail: virgilionetto@hotmail.com

⁴ Bragança é um município brasileiro do Pará localizado na latitude 01° 03' 13" sul e longitude 46° 45' 56" oeste, estando à altitude de 19 metros. Sua população estimada em 2017 era de 125.184 habitantes.

relações dos sujeitos presentes nas escolas em sua totalidade, na perspectiva de uma democratização na gestão, cujas questões norteadoras partirão da questão: de que maneira às eleições diretas podem contribuir para construção da gestão democrática? Consolidam-se, assim, o debate e demandas pela democratização do sistema educacional e das Unidades Escolares, que têm como pontos centrais, respectivamente, a descentralização, a eleição direta para dirigentes escolares e a criação dos Conselhos Escolares.

A gestão é primordial para qualquer organização, e a gestão escolar constitui uma dimensão importantíssima na construção do conhecimento sistematizado. A capacidade de gerir uma instituição escolar é relevante para o desenvolvimento do sujeito. O educando não aprende somente na sala de aula, mas na escola uma como um todo: pela maneira como a mesma é organizada e sua funcionalidade; pelas ações globais que promove; pela forma que as pessoas nela se relacionam e como se dá a relação da escola com a comunidade.

Ou seja, uma educação de qualidade resulta do conjunto das relações dos fatores externos e internos existentes no espaço escolar, e na maneira como essas relações estão organizadas. Luck (2006) afirma que:

A gestão escolar dos sistemas de ensino e de suas escolas constitui uma dimensão e um enfoque de atuação na estruturação organizada e orientação da ação educacional que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições estruturais, funcionais, materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais. (LUCK, 2006, p.26)

Outrossim, torna-se imprescindível a apropriação dos conteúdos que envolvem a Gestão Democrática uma vez que é um requisito estruturante para termos qualidade na educação. Isso acontece quando a escola cria vínculos com a comunidade dando sentido à proposta pedagógica envolvendo os diferentes indivíduos em uma só missão. Compreende-se a importância dos sujeitos envolvidos no processo educacional, e que quando há um entendimento sobre seus papéis na construção e estruturação da Gestão Democrática promove um resultado satisfatório dentro da comunidade escolar e que essas atitudes serão cruciais para o sucesso de suas ações.

2. DEMOCRACIA E GESTÃO ESCOLAR

Para entender os conceitos e as paridades que se estabelecem entre democracia e gestão escolar, é necessário compreender os aspectos históricos e sociais que, são construídos na sociedade liberal.

Benevides (2002) conceitua a democracia da seguinte maneira:

Democracia é o regime político da soberania popular, porém com respeito integral aos direitos humanos. A fonte do poder está no povo que é radicalmente o titular da soberania e que deve exercê-la – seja através de seus representantes, seja através de formas diretas de participação nos processos decisórios. É o regime de separação de poderes e, essencialmente, é o regime da defesa e da promoção dos direitos humanos. E quando me refiro à garantia dos direitos humanos, estou unindo a democracia política e a democracia social. A democracia política, herdeira do liberalismo, com as liberdades individuais e as liberdades públicas, que são o fundamento dos direitos civis elementares. A democracia social, fruto de lutas sociais e da consolidação dos valores da igualdade e da solidariedade, acrescidos ao valor da liberdade. (BENEVIDES, 2002, p. 72-73).

Essa concepção de democracia que deve se realizar no âmbito da educação, com objetivo de implantar respeito integral aos direitos dos sujeitos envolvidos no processo ensino aprendizagem. A democracia possibilita ações efetivamente construtivas com a participação de toda comunidade escolar, ou seja, alunos, professores, equipe técnicas, gestores, pais e membros da sociedade civil que desejam contribuir de forma direta ou indiretamente para uma escola participativa.

Gestão Escolar trata das obrigações que as unidades de ensino possuem, respeitando as normas comuns dos sistemas de ensino. Cada escola deve elaborar e executar sua proposta pedagógica, organizar as atividades fim e meio da escola, sob a ótica da inovação emancipatória, tendo como objetivo possibilitar a relação entre alunos, professores, equipe técnica, pais e gestores.

A Gestão escolar é a autonomia que a escola possui e que estar prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996.

Dessa forma, as relações entre democracia e gestão escolar se completam, com intuito de criar uma gestão democrática na educação, necessariamente, participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões no processo educacional, para atender a interesses que certamente complete as expectativas dos diferentes grupos existentes na escola.

3. ESCOLA PARTICIPATIVA – A EDUCAÇÃO COMO INCLUSÃO SOCIAL

Uma escola participativa onde todos e todas ativamente legitimem como espaço de transformação social e imperativo à construção do diálogo com o conjunto de atores que ela compõe, exige como dizia os gregos um franco falar com os mais diversos interesses da comunidade escolar, enten-

dendo que nem sempre podemos atender a todos, no entanto a possibilidade de estabelecer o diálogo é algo fundamental para que possamos estabelecer uma relação dialógica ao invés do pragmatismo do cotidiano, e das determinações imposta pelas condições estruturantes, demonstra um interesse na realidade social existente, valorizando os conhecimentos empíricos e científicos, buscando sempre estabelecer um diálogo entre essas experiências.

A participação é acima de tudo um processo de conquista e também de espaço da relação dos sujeitos com o seu cotidiano, de pertencimento ao território que ele está inserido, compreendendo que a vontade política não está nas mãos de quem pode decidir, mas também nas ações de cada sujeito que se dispõe à luta.

A escola deve ser um local tanto de elaboração e construção do conhecimento e organização política das classes populares, quanto da solidariedade de classe; um espaço onde se incentive a participação do povo na criação do saber, que é instrumento de luta na transformação da história; um centro irradiador de cultura, para que a comunidade não só se aproprie dela, mas também a recrie. (SÃO PAULO, 1990, p.04).

É essencial absolver todas as críticas no que tange ao perfil de uma escola burocrática, à educação bancária, à ausência de uma relação de organicidade entre o currículo e a realidade do educando, à ausência do diálogo e de práticas democráticas no interior da escola. Seja na gestão da escola como um todo, seja na sala de aula, na interação professor-aluno, é preciso superar as relações autoritárias, que não reconhecem o educando, os pais, ou responsáveis e todos os interessados como sujeito do processo educativo e a importância de todos os segmentos escolares na construção do projeto da educação.

Unida e envolvidos em três princípios básicos: de participação, de descentralização e de autonomia, desenvolvidos no âmbito de prioridades: democratização da gestão, democratização do acesso, através de seus documentos e ações desencadeadas, assumindo o compromisso político de realizar uma escola voltada para a transformação social.

Uma escola inclusiva não é apenas a que garante acesso a todos, mas também aquela de cuja construção todos podem participar aquela que realmente corresponde aos interesses populares, que são os interesses da maioria; é, portanto, uma escola com uma nova qualidade, baseada no empenho, numa postura de solidariedade, formando a consciência social e democrática. O primeiro passo é conquistar a escola velha e convertê-la num centro de pesquisa, reflexão pedagógica e experimentação com novas alternativas de um ponto de vista mais justa. Consolidando como um espaço plural,

ampliando seu poder de decisão sobre as questões estruturais e pedagógicas das escolas para que possa interferir organizadamente nos destinos do ensino-aprendizagem.

4. ELEIÇÃO DIRETA PARA GESTORES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM BRAGANÇA

A busca pela gestão democrática da educação surge a partir da década de 80, quando começa a história do processo de escolha de gestores. É nesse período que nascem as reivindicações para uma gestão democrática nas unidades de ensino. Nesse momento, surgem em vários estados do país as eleições para gestores.

Para Guedes (2007, p.64):

No bojo da luta pela gestão democrática da educação, as formas de provimento do cargo de direção, baseadas em práticas patrimonialistas, clientelistas e favoritistas foram questionadas pela comunidade educacional brasileira como um dos elementos responsáveis pelo autoritarismo e centralismo reinantes no campo da administração escolar. Em contraposição ao modo antidemocrático de nomeação dos dirigentes escolares, a eleição direta, com o voto universal da comunidade, passou a ser defendida como a forma mais legítima de condução ao cargo.

Sabemos que as maiorias das conquistas sociais no país se deram através das mobilizações dos movimentos sociais e sociedade civil. A adoção da eleição direta nas escolas pelas redes e sistemas de ensino públicos, também não foi diferente. Essa conquista se deu com as mobilizações dos movimentos sociais que passaram a sustentar grandes expectativas, que com a eleição direta nas instituições educacionais colocaria um fim, ou ao menos amenizasse o autoritarismo dos gestores nomeados arbitrariamente pelas autoridades políticas.

A partir daí houve uma considerável redução, nos sistemas que deixaram de adotar a eleição de gestores, através da sistemática influência dos agentes políticos como: vereadores, prefeitos, deputados, e outros. “À medida que a eleição direta de dirigentes foi se institucionalizando na escola pública brasileira, este mecanismo passou, também, a se constituir em objeto de investigação de vários pesquisadores, interessados em discutir os efeitos dessa prática sobre o processo de democratização da gestão escolar.” (GUEDES, 2007, p.64).

Para que haja o processo de eleição direta no município de Bragança existe um regimento eleitoral com base nas leis municipais de número

4.338/2014 e 4.374/2015. O Art. 1º da resolução ressalta a responsabilidade dos membros da comunidade escolar a garantia dos meios democráticos à lisura de pleito eleitoral, assegurando-lhe condições de igualdade aos candidatos concorrentes. As eleições visam eleger os diretores da Unidade Escolar de Ensino, em processo direto e secreto, para um mandato bienal.

A comunidade escolar é informada da eleição através de uma comissão eleitoral, por meio de edital com alguns dias de antecedência da data referida da eleição. O Conselho escolar assume a incumbência de dirigir a eleição juntamente com a comunidade. Os candidatos só poderão concorrer às eleições caso sejam integrante do quadro de profissionais da educação em efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino, “evitando assim” as indicações políticas que muitas das vezes destrói o processo democrático.

Com alguns dias estabelecidos os candidatos tem direito de realizar sua campanha para submeter suas propostas de ação administrativas para análise e apreciação da comunidade em geral. Esse momento de campanha serve para orientar os pais, conselho escolar e os docentes, para verem quais são as propostas e metas mais contundentes para garantir uma gestão democrática e participativa.

Foi olhando para o Regimento eleitoral para direção de escolas da rede e as leis municipais de Bragança-Pa como instrumentos construtores de uma escola participativa, que indagamos ao Gestor Municipal quais os passos para realização da eleição do Gestor Escolar ou Vice:

“[...] O Candidato que enquadra no art. 14 do Capítulo IV da Resolução, preenche um formulário de inscrição com seus dados pessoais e apresenta uma proposta de ação com conceito de educação e de escola, de gestão e de planejamento. O princípio norteador da proposta deve ser uma gestão democrática e uma relação com teoria e a prática, pois não há como andar segregado retórica da práxis. A proposta deve ter objetivos, metas e estratégias claras e exequíveis com intuito de buscar um ambiente democrático e com uma educação de qualidade [...]”.

Da fala do Gestor depreende-se que o dirigente da escola é eleito pela comunidade que o votará naquele que, na sua avaliação, melhor pode contribuir para implementação do Projeto Político Pedagógico e que realize uma gestão democrática e participativa.

Outro fator a destacar da fala do Gestor Municipal é a importância do Plano Nacional de Educação:

“[...] o PNE ratifica o princípio da gestão democrática da educação pública associada a critérios técnicos de méritos e desempenho e a

consulta da comunidade escolar; sinaliza a priorização dos repasses da União, por que vocês sabem sem dinheiro, não há conversa bonita; incentiva as conferências; [...]”.

Nesse contexto não podemos desconsiderar que diante dos problemas relacionado a gestão democrática, um ponto que é crucial, para existência da mesma é a questão do financiamento. O financiamento da educação é, demarcado no percurso da história pela disputa entre o setor público e privado. Na fala do gestor ele deixa bem claro da importância dos repasses da União, para escolas.

Segundo Dourado (2017, p.155):

A gestão democrática, também dispositivo constitucional, art. 206, deve ser compreendida em seu sentido amplo, componente estruturante da e na organização do Sistema Nacional de Educação, incluindo as discussões sobre o funcionamento de Conselhos, fóruns, instâncias de negociação, conferência de educação e quaisquer outros instrumentos e processos democráticos de participação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a gestão democrática e o planejamento escolar são condições estruturantes para a qualidade e efetivação da educação, na medida em que possibilite a escola que crie vínculos com a comunidade, e assim, tenha conhecimento de suas necessidades e crie subsídios a serem trabalhados de forma que contemple a necessidade dos indivíduos inseridos no contexto escolar. A gestão democrática deve visar à formação crítica e política de seus alunos e de sua comunidade, os envolvendo e permitindo que os mesmos participem nas tomadas de decisões para que sejam assertivas.

Diante disso, ao entender a incumbência da gestão democrática da educação, contrapõe-se ao modo de nomeação de dirigentes escolares, pois esse é totalmente antidemocrático, para então utilizar o modo de eleição direta que se mostra como um meio de tornar a gestão democrática e participativa descentralizando assim o autoritarismo.

Acordamos que a eleição direta por si só não representa um avanço na democratização da gestão, é necessário que todos trabalhem coletivamente. Os resultados alcançados neste trabalho visam contribuir para o entendimento de que a eleição direta não acontece de forma imediata como todos nós desejaríamos, e que o diretor é apenas um recurso para melhorar a escola, e a eleição direta é um meio importante para se chegar à gestão democrática da educação.

REFERÊNCIAS

BRAGANÇA (Município). Lei n.º 1.119, de 14 de novembro de 2014. Dispõe sobre a escolha, mediante eleição direta, de Diretores e vice-diretores das Escolas da Rede Municipais de Ensino de Bragança e outras providencias.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para educação brasileira**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária. 2017.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 1993.

GUEDES, Maria Gorete Rodrigues Cardoso. **Democracia e eleição de dirigentes escolares no sistema municipal de ensino de Belém: análises e perspectivas**. 2007.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Educacional Democrática**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2007.

LUCK, Heloisa. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. Volume 2. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

OLIVEIRA, Emanuelle. Gestão Educacional e Gestão Escolar. Disponível em <<https://www.infoescola.com/educacao/gestao-educacional-e-gestao-escolar>>. Acesso em 06 fev. 2018.

OLIVEIRA, Emanuelle. Eleições para Diretor. Disponível em <<https://www.infoescola.com/educacao/eleicoes-para-diretor>>. Acesso em 06 fev. 2018.